PLANO DE LUTAS APROVADO NO XXVII CONSINTET-UFU 2019

Resoluções aprovadas por consenso na Plenária Final do XXVII CONSINTET-UFU

1. Manter a perspectiva de construção de um movimento sindical autônomo e independente frente a governos (municipal, estadual e federal) e frente a Administração Superior da UFU;

2. Intensificar a luta da FASUBRA Sindical com Centrais Sindicais, Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo e demais entidades sindicais, populares e estudantis, contra o GOLPE jurídico-midiático-parlamentar que promove ataques aos direitos das trabalhadoras e trabalhadores, que visa destruir o serviço público no país e que avança na entrega das riquezas do país para as empresas multinacionais;

5. Que o SINTET-UFU articule suas mobilizações com a Fasubra Sindical, Centrais Sindicais, Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo;

7. Lutar contra qualquer iniciativa por parte do governo, que visa restringir ou extinguir o nosso plano de carreira instituído em 2005 pelo Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação (Lei 11091/2005);

8. Intensificar a Luta contra todas as medidas administrativas da Administração Superior da UFU que visa aumentar a precarização das condições de vida, de estudo e de trabalho dentro da UFU;

9. Cobrar da Administração Superior da UFU a manutenção da política institucional que garanta o direito conquistado pelos Técnicos-Administrativos em Educação em relação à participação em atividades sindicais (Congressos Sindicais, Plenárias, Seminários e Reuniões), reconhecendo, tais atividades, como atividades laborais;

10. Fortalecer a luta pela não alteração do estatuto da FAEPU que visa transformar a mesma em Organização Social (OS);

11. Cobrar da Administração Superior da UFU, a revitalização do Restaurante do Hospital Universitário, para que o mesmo ofereça alimentação adequada e gratuita para o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras do HC-UFU, pacientes e acompanhantes, priorizando a utilização das fazendas da UFU e dos produtos da agricultura familiar. Sugerir que a UFU se adeque a legislação da vigilância sanitária;

12. Cobrar da Administração Superior da UFU, a realização de Seminários Institucionais, envolvendo as coordenações de cursos, para que pense em ações para se aplicar de forma efetiva a Lei 11.645/2010

(que inclui no currículo oficial a temática da "História e Cultura Afro-Brasileira e indígena") nos projetos curriculares de todos os cursos da UFU;

13. Cobrar da Administração Superior da UFU a ratificação do compromisso já expresso, de realizar eleições diretas para a Direção, Coordenações e Chefias do HC-UFU e demais órgãos e setores da UFU, não permitindo quaisquer tipos de retaliações em função das diversas posições políticas assumidas;

14. Cobrar da Administração Superior da UFU a adoção de uma política institucional que garanta que as funções dos cargos de técnicos-administrativos em educação não extintos pela Lei nº 9632/1998 e pelo decreto 9.262/18 sejam exercidas exclusivamente por técnicos-administrativos em educação, sendo vedada sua realização por trabalhadoras e trabalhadores terceirizados, fundacionais, bolsistas, estagiários e outros;

15. Cobrar da Administração Superior da UFU a realização de forma didática, ampla e com total transparência das prestações de contas da Universidade Federal de Uberlândia e de todas as suas Fundações de Apoio por meio de audiência pública;

16. Cobrar da Administração Superior da UFU a elaboração de editais internos de pesquisa e extensão que valorizem e priorizem os projetos interdisciplinares, que possibilite a participação e o envolvimento direto dos técnicos-administrativos em educação no planejamento, na coordenação, execução de atividades de educação, extensão e pesquisa;

17. Cobrar da Administração Superior da UFU a adoção de política institucional que garanta os princípios de publicidade e transparência, os requisitos e métodos para a distribuição de Cargos de Direção e Funções Gratificadas e instituição de uma política de gestão de capacitação dos gestores, tendo em vista a humanização das relações de trabalho na UFU;

18. Cobrar da Administração Superior da UFU a destinação anual de verbas públicas nos orçamentos das Unidades e dos diversos setores da Universidade para possibilitar a participação de Técnicos-Administrativos em Educação em congressos nacionais e internacionais que ocorram dentro e fora de Uberlândia, de acordo com a Lei 11.091/05, de modo que os TAEs sejam incluídos formalmente no corpo acadêmico para o recebimento de financiamentos;

19. Cobrar da Administração Superior da UFU a adoção de uma política de gestão de pessoas que tenha como método estruturante o diálogo com os Técnicos-Administrativos em Educação, antes de qualquer tomada de decisão institucional, garantindo a participação efetiva dos TAEs nas tomadas de decisões;

20. Cobrar da Administração Superior da UFU um posicionamento público divulgado em seus meios de comunicação internos e externos contra o Projeto "Escola Sem Partido";

21. Que o SINTET-UFU atue junto com a FASUBRA, resgatando o projeto de lei do Deputado Sérgio Miranda referente à luta pela ascensão/progressão funcional, dialogando e pressionando o MEC e a ANDIFES;

22. Cobrar da Administração Superior da UFU a realização da racionalização e o dimensionamento dos cargos do PCCTAE em toda UFU;

23. Cobrar da Administração Superior da UFU a realização de seminários institucionais na Universidade, envolvendo todos os segmentos da comunidade universitária, para discutir a segurança nos *campi* da universidade;

24. Lutar junto a FASUBRA pela abertura de concurso público para os cargos ainda não extintos. Cobrar que a Administração Superior da UFU apoie publicamente essa luta dentro dos Fóruns internos do Governo Federal e da ANDIFES;

25. Cobrar da Administração Superior da UFU ações que estimulem, respeitem e garantam a participação dos técnico-administrativos em educação nas atividades de representação em quaisquer instâncias internas e externas à UFU (comissões, conselhos e outros);

26. Cobrar da Administração Superior da UFU a implementação de políticas de segurança aos técnicos-administrativos em educação, fundacionais e terceirizados, bem como à comunidade universitária, expostos à possíveis ameaças em seu ambiente de trabalho e durante a execução de suas atividades diárias (bibliotecas, recepções, hospitais, etc), principalmente nas atividades e ambientes cujo funcionamento e execução aconteça no período noturno e nos setores com único servidor trabalhando. E pela implementação de portarias de acesso realmente eficazes no HC;

27. Repudiar, mediante denúncia oficializada no CNJ (Conselho Nacional de Justiça) de modo permanente às ações do MP (Ministéio Público) e PF (Polícia Federal) PM (Polícia Militar) e Settran (Secretaria de Trânsito e Transporte) que venham a ser tomadas à revelia ou que fira a autonomia nas/das nas universidades;

28. Consolidar a política de espaços lúdicos para crianças nas atividades do SINTET-UFU para viabilizar a participação de mães, avós e pais e responsáveis pelos cuidados em todas as atividades, de acordo com a demanda;

29. Reivindicar que o SINTET-UFU tenha participação na comissão de acessibilidade da PROGEP;

30. Ter, em toda atividade de formação e debates realizadas pelo sindicato, representação de TAE's;

31. Apoiar e construir a luta em conjunto com setores da sociedade civil que reivindicam o fim dos autos de resistência;

32. Moção de apoio à CJT pela continuidade de seus trabalhos;

33. Realocação, ampliação da divulgação dos processos de acidentes de trabalho SESMT/SIASS. Orientar a importância de, em caso de acidente, após fazer o CAT, procurar a assessoria jurídica do SINTET-UFU, para esclarecimento de seus direitos;

34. Criar um seminário/ciclo de debates sobre a terceira idade abordando sexualidade, álcool e outras drogas, depressão, etc;

35. Atualizar o cadastro de servidores e servidoras filiados/as para melhora do processo eleitoral;

36. Criar a comissão de análise e estudos, em caráter consultivo, sobre destinação do Centro de Formação do SINTET-UFU;

37. Cobrar da administração superior que supervisione e garanta os salários e melhores condições de trabalho das fundações e empresas terceirizadas;

38. Que o SINTET-UFU apoie efetivamente a luta pela defesa e preservação do bioma do cerrado, das águas e meio ambiente;

39. Reativar o GT de Mobilização para um trabalho permanente com a categoria;

40. Reforçar a identidade de nossa carreira! Somos Todas e Todos Técnico-Administrativos em Educação; e se a EBSERH vier a realizar a gestão do HC-UFU, exigir que a mesma mantenha essa nomenclatura;

41. Reafirmar a autonomia política do sindicato frente aos governos, à Reitoria e aos partidos políticos;

42. Reorganizar os trabalhadores e trabalhadoras da FAEPU via princípio da organização por local de trabalho conforme decisão do CONSINTET-UFU;

43. Garantir que o sindicato represente as reivindicações do conjunto da categoria, não aceitando as tentativas de separação entre aposentados, aposentadas e pensionistas, trabalhadoras e trabalhadores da ativa ou a oposição entre servidores e servidoras da UFU, fundacionais e terceirizados/as;

44. Realizar um Congresso Estatutário do SINTET-UFU, após realização do ciclo de debates sobre o tema conforme deliberado em Assembleia Geral do SINTET-UFU que aprovou o temário do XXVI Congresso Ordinário do SINTET-UFU de 2018;

45. Realizar seminários entre servidores e servidoras dos *campi* avançados para que estes possam discutir e procurar soluções em conjunto para os problemas comuns a estes trabalhadores e trabalhadoras;

46. Organização por local de trabalho criando Conselho de Representantes de Base, de caráter consultivo, em toda a universidade, para composição de um fórum onde possamos ter um espaço de atuação para o conjunto da categoria, a partir da eleição de delegados por local de trabalho;

47. No campo das relações de trabalho propomos construir nos GT's um conjunto de ações: que combatam as causas ambientais de adoecimento no trabalho que melhore a política de acolhimento daqueles servidores e servidoras afastados por um longo período de tempo. Que combata o assédio moral e sexual e toda forma de violência e discriminação. Que reconheça o espaço dos trabalhadores e trabalhadoras na gestão da UFU. Que incorpore as novas demandas da categoria;

48. Ampliar o debate sobre a reestruturação do PCCTAE, com a participação da CIS (Comissão Interna de Supervisão);

49. Implementar as atividades da década dos afrodescendentes junto com as centrais sindicais e entidades ligadas à classe trabalhadora;

50. Continuar junto com as centrais e demais entidades da classe trabalhadora a luta contra qualquer ajuste fiscal que retire direito dos trabalhadores e trabalhadoras;

51. Continuar o trabalho conjunto com o DCE, ADUFU e APG na defesa da universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada;

52. Fortalecer as relações com os sindicatos de outras categorias profissionais e movimentos sociais;

53. Participar da construção das ações da Frente Brasil Popular, Povo Sem Medo e Frente de Esquerda Socialista e centrais;

54. Que para gerenciar a segurança orgânica da UFU seja exclusivamente do quadro efetivo com cargo de vigilância, obedecendo às legislações específicas;

55. Reivindicar junto a UFU que o sistema de vídeo monitoramento de segurança seja operado por vigilante do quadro efetivo da vigilância da UFU;

56. Lutar pela garantia junto a UFU de acesso 24 horas de familiares e amigos dos servidores e servidoras que residam nas fazendas e reservas biológicas da UFU. E que seja feito o controle nas portarias de entrada e saída destes visitantes;

57. Lutar junto a administração superior, para garantir a liberação (sem compensação de carga horaria) para participação do servidor técnico administrativo em educação, em conselhos, comissões, incentivando sua participação e garantir a certificação para efeito de progressão por capacitação;

58. Ampliar a participação do SINTET nas mídias da UFU;

59. Que o SINTET-UFU realize seminário sobre Economia Solidária;

60. Que a FASUBRA cobre a CNSC que disponibilize um site para facilitar a comunicação entre as CIS\ CNSC;

61. Reiterar o apoio do SINTET-UFU à CIS para que a mesma se faça presente nas discussões de gestões de pessoas quando trata de assuntos pertinentes a melhoria e atualização da carreira dos TAE's. Reivindicar junto à UFU que a instituição custeie a participação das(os) aposentadas(os) nas atividades nacionais da CIS;

62. Levar a informação sobre as reformas para além das universidades: escolas estaduais, terminais de ônibus, associações de bairro, agremiações religiosas, etc.;

63. Conscientizar sobre a relação das reformas com o assédio "As reformas trabalhista, previdenciária e terceirização institucionalizam o Assédio Moral de Estado";

64. Divulgar ações e publicações de órgãos como o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Cartilha;

65. Utilizar os canais de comunicação internos e externos das universidades para informar sobre as reformas como rádios e TVs universitárias;

66. Criar um GT do SINTET-UFU para acompanhar condições de trabalho;

67. Que o SINTET-UFU divulgue em seus meios de comunicação informações sobre a Comissão Permanente de Avaliação da UFU (CPA), demonstrando sua importância;

68. Solicitar a inclusão dos TAEs no art. 2 do regulamento do Programa de Apoio à Pós-Graduação da UFU – PROAP/PROPP para que os TAEs tenham condições para realizar pesquisa e extensão;

69. Divulgar nos meios do SINTET-UFU a frequência 107,5 da rádio universitária;

70. Dar continuidade ao Projeto Memória, incluindo no seu plano de trabalho a previsão de recursos orçamentário e humanos, ampliando seus espaços de divulgação e atuação;

71. Que o SINTET-UFU cumpra todas as determinações e resoluções aprovadas no XXVII – CONFASUBRA;

72. Que o SINTET-UFU busque junto à administração superior uma política de aproveitamento dos espaços de convivência para realização de atividades de lazer e cultura;

73. Cumprimento da RDC50, que dispõe sobre o regulamento técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde;

75. Intensificar no setor de segurança do trabalho a avaliação de riscos (ergonômico) e ampliar a divulgação para o servidor quanto a valer-se deste instrumento. Efetivar os laudos e cobrar medidas preventivas e corretivas;

76. Melhoria nas condições de trabalho nos setores da UFU;

77. Cobrar da UFU projetos que contemplem a saúde do trabalhador como um todo em toda universidade (oficinas, ginástica laboral);

78. Que o SINTET-UFU dê continuidade à luta em defesa de um serviço público de qualidade e contra o processo de terceirização em curso nas universidades brasileiras, porem que represente e defenda os trabalhadores e trabalhadoras das fundações conforme já definido nos congressos anteriores;

79. Que se cumpram os princípios do SUS, modificando-se a tabela de procedimentos para no mínimo de 70% do valor pago pela rede privada;

80. Abrir discussões sobre as orientações do SIASS (Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Federal);

81. Criar um Fórum Interinstitucional contra as Reformas, articular todas as entidades locais (sindicatos, frentes, movimentos sociais, estudantes) para as mobilizações de rua;

82. Criar seminários setoriais de conscientização sobre as reformas que retiram direitos nos Hospitais Universitários;

83. Utilizar espaços de serviços de assistência e extensão com foco nos usuários (sala de espera dos HUs e clínicas, projetos de extensão, etc.) para exibição de vídeos curtos sobre as reformas, produzidos pelo movimento sindical e popular disponíveis na internet, e viabilizar a apresentação de enquetes de teatro;

84. Cobrar da Administração Superior da UFU e acompanhar a Comissão de Saúde Complementar na cobrança de atenção especial à saúde suplementar que está se tornando excludente (convênio médico), mediante fiscalização de contratos pela categoria, transparência e publicidade na negociação de índices de reajustes e políticas afins;

85. Que o SINTET-UFU cobre da reitoria/DIRQS com relação ao SIASS a organização de um posto de atenção e prevenção de acidentes biológicos e físicos com psicólogos para atender e informar os trabalhadores e trabalhadoras do HC-UFU e outros serviços de saúde com mais agilidade;

86. Lutar para que o Centro Esportivo do Glória seja utilizado por toda a comunidade universitária, com atendimento à saúde do trabalhador;

87. Realizar uma campanha sobre a saúde da trabalhadora e do trabalhador da UFU promovida pelo SINTET-UFU, incentivando as eleições de comissões internas de saúde do servidor público (CISSP), com o objetivo de implantar uma política de saúde do trabalhador que atenda às necessidades prioritárias da categoria;

88. Lutar para que os aposentados, aposentadas e pensionistas possam ter voz e voto nos conselhos, e reforçar a inclusão do voto para Reitor e Vice-Reitor;

89. Cobrar da Administração Superior da UFU a adoção de uma política de reconhecimento e valorização do/a aposentado(a) como membro atuante da Comunidade Universitária e a garantia de representação/participação nos conselhos superiores;

90. Realização de seminário local para retirada de demandas para o seminário nacional. Incentivar maior participação de aposentados e aposentadas em atividades nacionais da FASUBRA;

91. Que os aposentados, aposentadas e pensionistas sejam tratados com equidade no sindicato, promovendo reuniões periódicas com estes com revezamento de locais;

92. Ter uma ambulância disponível para todos os congressos;

93. Que o SINTET-UFU elabore uma política de ampliação dos trabalhos da oficina de artesanato, bem como organizar locais para sua exposição e venda. Que o SINTET-UFU promova cursos de aperfeiçoamento, visando o desenvolvimento de novas técnicas de artesanato;

94. Fortalecer o processo de comunicação entre os aposentados e pensionistas e SINTET-UFU aproveitando o programa Fala SINTET na Rádio Universitária, com programas especiais e divulgação do programa no ligeirinho;

95. Promover encontros temáticos aos aposentados e pensionistas e seus acompanhantes com a participação financeira do sindicato aos seus sindicalizados;

97. Melhorar o processo de comunicação entre SINTET-UFU e os aposentados e pensionistas com atualização de telefones e uso de WhatsApp;

98. Orientar os aposentados, aposentadas e pensionistas a informar ao SINTET sobre acidentes, incidentes e outros;

99. Incentivar todas as atividades das (os) aposentadas, aposentados, e pensionistas dando suporte técnico, jurídico e financeiro.

100. Que o SINTET-UFU promova periodicamente passeios com agendas programadas e anunciadas antecipadamente a clubes, universidades, museus, teatro, praças, chácaras e lugares turísticos da cidade de Uberlândia para os sindicalizados ou sindicalizadas, com prioridade para aposentadas, aposentados e pensionistas sindicalizados;

101. Realizar a capacitação de aposentadas nas áreas de tecnologia e informática;

102. Em todos os pontos onde houver o termo “aposentados”, acrescentar o termo “aposentados e pensionistas” onde couber;

103. Fazer campanha de filiação para aposentados, aposentadas e pensionistas;

104. Solicitar que o HC-UFU priorize o atendimento, com qualidade e higiene, conforme as normas de vigilância sanitária, de todas às trabalhadoras que desenvolvem serviços dentro da universidade;

105. Favorecer a identificação das mulheres enquanto intérpretes da classe trabalhadora, por meio das atividades de formação;

106. Cobrar da gestão superior da UFU o reconhecimento da existência de assédio moral e sexual contra as mulheres dentro da UFU;

107. Unificar as lutas com as trabalhadoras terceirizadas e à sindicalização;

108. Orientar que o Grupo de Trabalho de Mulheres tenha uma ouvidoria com escuta específica para mulheres;

109. Sugerir aos deputados e deputadas aliados à categoria das trabalhadoras e dos trabalhadores técnico-administrativos em educação a elaboração de projetos de lei para combater a objetivação de mulheres em propagandas e publicidades de modo em geral;

110. Orientar que o Grupo de Trabalho de Mulheres a promover debates sobre a realidade das trabalhadoras lésbicas e transexuais, incentivar o respeito às diferenças;

111. Orientar a realização de oficinas de ideias: ações e estratégias das diretorias, coordenações, GTs e coletivos de mulheres (pensar as especificidades de mobilização com terceirizadas, aposentadas e juventude);

112. Criar uma Rede de Mulheres do SINTET-UFU para comunicação horizontal (exe. grupo no facebook e grupo de e-mails);

113. Criar um Comitê Interinstitucional para monitorar e acompanhar projetos que tramitam no congresso e trata do direito das mulheres;

114. Que a reitoria possa estabelecer que as empresas terceirizadas prestadoras de serviços de segurança adotem o contingente de 50% para mulheres.

115. Lutar pela criação de plantão de segurança na UFU para atendimento especializado, 24h para atendimento a violência a mulheres, no interior e arredores dos *campi*.

116. Apoiar o pleno funcionamento do centro de atenção à mulher vítima de violência no HCU-UFU. Divulgar os últimos serviços que passaram a ser oferecidos por este setor;

117. Que o GT Mulheres impulsione a criação de coletivos de Mulheres por local de trabalho para grupo de estudos, discussões e autodefesa das mulheres trabalhadoras daquele setor.

118. Políticas voltadas ao combate do racismo e preconceito racial com realização de eventos, seminários, GT’s e outros.

119. Lutar para que a UFU crie políticas de saúde da mulher;

120. Garantir maior participação de mulheres do SINTET-UFU em atividades promovidas pela FASUBRA, contribuindo para a formação política e sindical das mulheres;

121. Investir na formação política e sindical das mulheres, por meio de encontros nacionais e regionais anualmente;

122. Apoiar trabalhadoras rurais;

123. Criar uma campanha com um símbolo utilizando a frase: “Assédio não!”;

124. Em caso de empate em processo seletivo interno para cargos em que estiverem concorrendo mulheres e negros, que estas trabalhadoras e estes trabalhadores tenham acrescidos dois pontos ao total obtido na avaliação.

125. Efetivar a paridade com a participação de 50% de mulheres na Direção do SINTET-UFU e suas atividades.

126. Reivindicar/fomentar a criação de uma Política Institucional na UFU de Combate ao Assédio, regulamentar ações e projetos de acompanhamento às vítimas e recuperação dos assediadores;

127. Participar de conselhos municipais e estaduais de mulheres;

128. Realizar ações contundentes de combate ao assédio sexual nos Hospitais Universitários, especialmente motivados por diferentes vínculos de trabalho;

129. Melhorar a divulgação e mobilização para os Encontros de Mulheres;

130. Lutar para que a Administração Superior da UFU viabilize uma forma de atendimento psicossocial para a mulher vítima de violência no próprio campus da IFE;

131. Que o SINTET-UFU se some a luta pela cobrança para que a justiça seja rigorosa em solucionar crimes e punir, conforme a Lei do Feminicídio e a Lei Maria da Penha, os que cometem crimes de violência contra mulher;

132. Realizar campanhas para melhorar a qualidade de saúde da Mulher;

133. Realizar campanhas mais efetivas contra o Câncer de Mama e do colo uterino e outras doenças que afetam a mulher;

134. Apoiar a luta dos sindicatos da educação por uma educação inclusiva e não discriminatória nas escolas.

135. Construir, por meio de grupo de trabalho, um programa de formação política na perspectiva de gênero, raça e classe para mulheres dirigentes sindicais e para trabalhadoras da UFU;

136. Exigir a garantia de políticas específicas para a saúde da mulher trabalhadora da UFU, além das já garantidas em lei, levar em consideração doenças psicossomáticas e relacionadas ao trabalho;

137. Realizar seminários sobre machismo, assédio moral e sexual no serviço público e movimento sindical para traçar estratégias de combate.

138. Avaliar, por meio da assessoria jurídica do SINTET-UFU, a possibilidade de ampliação do direito à licença maternidade e paternidade com ampla divulgação. Construir essa luta em conjunto com a FASUBRA;

139. Criar um grupo de mulheres negras para discussão da questão racial;

140. Solicitar à FASUBRA o encaminhamento à ANDIFES de um documento solicitando que as universidades criem um núcleo de combate ao assédio moral e sexual e resolução de conflitos.

141. Que o SINTET-UFU lute em conjunto com a FASUBRA contra todas as expressões de racismos e discriminação racial, denunciando e exigindo a severa punição dos indivíduos, organizações e entidades que a pratiquem.

142. Que o SINTET-UFU denuncie em conjunto com a FASUBRA todo aquele que obstrua a entrada de negros no mercado de trabalho, dificulte sua ascensão e promoção profissional, e estabeleça critérios de remuneração diferenciada ou se omita diante de manifestações racistas dentro das universidades.

143. Que o SINTET-UFU lute por igualdade de oportunidades no acesso à relação de emprego e sua manutenção independente de raça ou cor.

144. Que o SINTET-UFU lute por igualdade de condições de trabalho e progressão funcional independente de raça ou etnia.

145. Que o SINTET-UFU realize campanhas de conscientização e orientação a gerentes e chefias no sentido de prevenir práticas discriminatórias.

146. Reivindicar que a UFU realize o censo para determinar a composição racial e étnica dos trabalhadores e das trabalhadoras da UFU.

147. Estabelecimento de cotas raciais, na proporção dos dados regionais do IBGE, para a composição de órgãos colegiados nas Universidades.

148. Que a UFU adote uma política de assistência à saúde do trabalhador e da trabalhadora que contemple as especificidades da população negra.

149. Que o SINTET-UFU lute pela Inclusão do exame de anemia falciforme nos exames médicos periódicos para trabalhadoras negras e trabalhadores negros.

150. Reivindicar que a UFU realize campanha de prevenção de hipertensão arterial, com atenção às especificidades dos trabalhadores negros e das trabalhadoras negras.

151. Lutar por uma verdadeira Reforma curricular nas licenciaturas, para viabilizar a lei 10639/03.

152. Por cotas sociais e raciais, em conformidade com dados IBGE, para acesso à Pós-graduação

153. Por cotas sociais e raciais, em conformidade com dados IBGE, para acesso à Cursos de Especialização;

154. Reivindicar que a UFU crie um curso de especialização que contemple a temática afrodescendente tal qual a que já houve com a temática indígena.

155. Que o SINTET-UFU realize um seminário para debater a luta contra a LGBTfobia, visando a criação de um GT LGBT do SINTET-UFU.

156. Acompanhar a efetivação da política de cotas de acordo com a legislação em cooperação com o DCE e NEAB/NEABI.

157. Reivindicar que a UFU fortaleça o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), e incentive a criação de outras linhas de pesquisa de interesse da população negra.

158**.** Realizar debates sobre a história e cultura que contemple a diversidade de etnias brasileiras

Propostas aprovadas por maioria de votos na Plenária Final do XXVII CONSINTET-UFU

159. No processo eleitoral para a Prefeitura Municipal e Câmara Municipal de Vereadoras e Vereadores de Uberlândia, além de não termos a ilusão de que as eleições simbolizam a nossa principal arma de transformação social, precisaremos derrotar os partidos e candidaturas que defendem a retirada de nossos direitos, e elegermos candidatos e candidatas do campo genuíno das trabalhadoras e trabalhadores.

160. Construir em conjunto com a Frente Brasil Popular, Frente Povo Sem Medo, Centrais Sindicais, Movimentos Populares e de Juventude, as lutas nas ruas e nos bairros, contra as políticas dos governos federal, estadual e municipal que retiram nossos direitos sociais.

161. Construirmos, apoiarmos e defendermos uma candidatura para a Reitoria do campo popular da UFU, e derrotarmos as chapas do campo conservador e autoritário da UFU. Isso significa que teremos que nos mobilizar para derrotar no processo eleitoral paritário, qualquer chapa vinculada ao Governo de Jair Bolsonaro (Governo que é contra a existência da Universidade Pública), e derrotarmos a chapa que simboliza a reeleição e/ou a continuidade da política autoritária que é praticada pela atual gestão superior da UFU, representada pelo Professor Dr. Valder Steffen Júnior.

No decorrer do processo eleitoral, não poderemos esquecer que a atual gestão da Reitoria da UFU:

- Impôs de modo autoritário o ponto eletrônico para trabalhadoras e trabalhadores Técnico Administrativos em Educação da UFU;
- Não cumpriu a Resolução do Conselho Diretor da UFU que estabelece a flexibilização da jornada de trabalho em turnos contínuos e/ou ininterruptos para toda a Universidade com jornada de 30 horas semanais;
- Impôs de modo autoritário e ilegal a assinatura do contrato entre a UFU e a EBSERH através de um GOLPE no Conselho Universitário, desrespeitando o Estatuto da UFU e o Regimento do Conselho Universitário;

- Não promoveu a eleição para a escolha da Superintendência da EBSERH no HC-UFU, porque sabiam que a candidatura que representasse a atual gestão superior dentro do HC-UFU, certamente seria sumariamente derrotada;
- Tratou de modo autoritário o Movimento Sindical da UFU protagonizado pelo SINTET-UFU.

162. Lutar para que a chapa vencedora na consulta eleitoral paritária seja democraticamente empossada junto ao Ministério da Educação.

163. Construir um processo político de mobilização para que o SINTET-UFU represente juridicamente e politicamente os trabalhadores e as trabalhadoras da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

164. Construir um processo de político de mobilização para que o SINTET-UFU retome a organização e a representação política de trabalhadoras e trabalhadores da FAEPU.

165. Intensificar a Luta da FASUBRA Sindical com Centrais Sindicais, Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo e demais entidades sindicais, populares e estudantis pela revogação da Reforma Trabalhista e projeto de lei que legaliza a terceirização ampla e irrestrita em todas as esferas da sociedade;

166. Intensificar a luta da FASUBRA Sindical com Centrais Sindicais, Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo e demais entidades sindicais, populares e estudantis, pela revogação da Emenda Constitucional nº 95/2016 (antiga PEC 241 e PEC 55), que é um mecanismo de retirada de financiamento estatal do serviço público no decorrer dos próximos 17 anos. A vigência dessa Emenda Constitucional durante 17 anos vai impedir o Estado de promover reajustes salariais para servidoras e servidores ativos, aposentados e aposentadas e pensionistas, além de condicionar a Saúde Pública e a Educação Pública para processos de privatização;

167. Intensificar a luta da FASUBRA Sindical com Centrais Sindicais, Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo contra todos os projetos de lei e de emendas constitucionais em tramitação no congresso que visem acabar com a estabilidade do servidor.

168. Lutar em defesa da Autonomia didático-científica, administrativa, de gestão financeira e patrimonial da/na UFU, que no momento é fortemente atacada pelo Governo Federal e pelo Ministério Público Federal;

169. Cobrar da Administração Superior da UFU a efetivação da autonomia universitária, consolidando/implementando de forma imediata a flexibilização da jornada de trabalho para 30 horas semanais sem redução de salários, em toda a UFU, conforme a Resolução nº 05 aprovada pelo Conselho Diretor na reunião do dia 10/06/2016 e que o SINTET-UFU realize campanhas permanentes e incisivas pelo seu cumprimento;

170. Intensificar a Luta contra a continuidade do SISREF enquanto instrumento de controle do trabalho nas unidades acadêmicas e administrativas da UFU, bem como o controle eletrônico dos portões de acesso, que no momento se configura como uma determinação imposta de forma irracional por parte do Ministério Público Federal e Ministério da Economia e cobrar da

Administração Superior a adoção de uma postura correta e autônoma em relação a essa ação abusiva por parte do Ministério Público Federal, e lutar pela retirada do Ponto Eletrônico no HC-UFU para quem não recebe Adicional de Plantão Hospitalar (APH);

171. Cobrar da Administração Superior da UFU no âmbito do CONDIR a construção de uma política de gestão de pessoas no que se refere ao acesso dos Técnicos-Administrativos em Educação ao Restaurante Universitário, para que se possa fazer o debate com a comunidade universitária sobre essa questão. Para isso, reivindicamos a revogação da política de preços para o acesso ao Restaurante Universitário por parte dos Técnicos-Administrativos em Educação, estipulada ilegalmente pelo Conselho de Extensão. Pela adequação isonômica do valor pago pelo Técnico-Administrativo em Educação, para o acesso ao Restaurante Universitário;

172. Cobrar permanentemente da Administração Superior da UFU a ratificação do compromisso (já expresso) de respeito a qualquer movimento de PARALISAÇÃO e ou de GREVE promovido pelo SINTET-UFU, não procedendo com qualquer determinação externa a UFU referente à corte de ponto ou substituição de grevista (com trabalhadores e trabalhadoras de empresas terceirizadas ou com contratos de trabalho temporários, bolsistas e/ou estagiários e/ou voluntários), haja vista ser este um instrumento de luta dos trabalhadores e trabalhadoras garantidos na Constituição; cobrar da direção HC a publicização das escalas de trabalho em momentos de greve, garantindo que a composição da escala seja a mínima necessária para garantia do atendimento de urgência e emergência; que a Direção do Hospital de Clínicas da UFU comunique as redes conveniadas, incluindo as cidades da região.

173. Lutar pela instituição de conselhos superiores paritários na UFU conforme proposta que foi aprovada pela Estatuinte. Além disso, pela defesa no Conselho Universitário de todo o texto para o novo Estatuto da UFU proposto pela Estatuinte, com agilidade nas discussões; que este debate seja concluído antes do processo de sucessão da Administração Superior;

174. Cobrar da Administração Superior, a realização periódica de Seminários Institucionais na UFU, envolvendo todas as chefias de setores, para debater a questão do Assédio Moral visando elaborar propostas institucionais para superação dessa prática; que o sindicato promova atividades de formação setoriais para defesa das trabalhadoras e trabalhadores contra o Assédio Moral.

175. Lutar pela obstrução do contrato assinado de modo ilegal entre a UFU e a EBSERH e fortalecer a luta em defesa do caráter de Hospital Escola do HC-UFU;

176. Lutar pela revitalização da Rádio e TV Universitária (RTU) transformando a mesma em um polo alternativo para a comunicação social em Uberlândia e nas cidades que possuírem *campi* avançados;

177. Por um levantamento de todos os cargos de TAE's que não estão extintos pela lei 9632/1998 e pelo decreto 9.262/18 que estão vagos, para abertura de concursos e a devida reposição destes cargos não extintos, com compromisso institucional de cobrar junto ao MEC e Ministério do Planejamento concurso público de imediato;

178. Exigir da Administração Superior da UFU a efetivação de uma política institucional de gênero na universidade, que possibilite o combate a qualquer tipo de assédio sexual ou tentativa de violência sexual dentro da Universidade, viabilizando os trabalhos da comissão de gênero da UFU, garantindo a integração dos TAEs na mesa, acompanhando a implementação das políticas já

aprovadas. E que o setor de vigilância institucional seja capacitado e especializado na abordagem de violência de gênero, via realização de seminários formativos e práticos;

179. Cobrar da Administração Superior da UFU a garantia de que todos os editais de afastamento tenham reserva de vagas para TAEs, por meio de uma política que permita de forma estrutural o afastamento com remuneração de Técnico-Administrativos em Educação para a realização de cursos de Qualificação, independente do setor de lotação;

180. Cobrar da Administração Superior da UFU, que seja feita, por meio de concurso público, a alocação de mais Técnicos-Administrativos em Educação, regidos pelo Regime Jurídico Único, nos *campi* avançados (Ituiutaba, Monte Carmelo e Patos de Minas);

181. Cobrar da Administração Superior da UFU a reserva e criação de vagas para TAE's em todos os cursos de graduação e pós-graduação *stricto e lato sensu* e nos cursos técnicos e tecnólogos, bem como a oferta e fomento de cursos voltados à qualificação dos técnicos, garantindo os princípios de publicidade e gratuidade;

182. Cobrar da Administração Superior da UFU a adoção de política institucional que permita o uso do complexo esportivo do Glória com a participação das entidades dos três segmentos e administração da universidade;

183. Cobrar da Administração Superior da UFU a construção de um complexo esportivo (nos moldes do complexo construído no Santa Mônica), em todos os *campi* da instituição que ainda não o têm (Umuarama e *campi* avançados); lutar pela reabertura da Academia do Santa Mônica e que todas funcionem em período integral;

184. Que o SINTET-UFU crie, estimule e incentive a realização de projetos de pesquisa, coordenado por TAE's e com convite a docentes, para levantar diagnóstico da realidade das novas configurações do trabalho e da categoria (TAE's), com bolsistas contratados e resultados apresentados no XXVIII CONSINTET-UFU;

185. Apoiar a luta indígena por demarcação de terras pelo executivo e contra o marco temporal, contra o desmonte da FUNAI e a política de extermínio de povos indígenas;

186. Disponibilizar cópias da artigos, teses, monografias e dissertações sobre a luta e o cotidiano dos/das TAEs no acervo do Projeto Memória e redes sociais do SINTET-UFU;

187. Que o SINTET realize cursos de capacitação, oratória, formação e conscientização política que trate permanentemente da avaliação de conjuntura, com emissão de certificados para a progressão na carreira;

188. Realizar seminário sobre terceirização e representação sindical;

189. Cobrar da Administração Superior da UFU a reabertura da Cantina que anteriormente funcionava no *campus* Educação Física, no mesmo modelo praticado atualmente pelos RU's, quanto à política de atendimento e preço; lutar para a construção de RU's em todos os *campi*;

190. Reivindicar da UFU o fortalecimento e acompanhamento da política de gênero na UFU e de políticas institucionais que visem combater o machismo, racismo e LGBTfobia, com a indicação de nomes do sindicato para este acompanhamento;

191. Lutar pela revisão da política de remoções setoriais de TAE's aprovada pelo CONDIR;

192. Manter o GT Segurança com a participação efetiva do SINTET-UFU para apresentar propostas de segurança a serem implementadas na UFU e auxiliar o gerente nas soluções relacionadas à segurança e auxiliar na administração da DIVIG; estabelecer data para escolha dos novos membros do GT até fevereiro de 2020;

193. Estabelecer um diálogo inicial com os trabalhadores e trabalhadoras das empresas terceirizadas que atuam dentro da universidade distribuindo materiais com conteúdo referente aos projetos políticos que retiram direitos da classe trabalhadora; realizar atividades abertas à comunidade universitária e à classe trabalhadora;

194. Estruturar um conjunto de atividades para conscientizar toda a comunidade universitária: panfletagem, passagem em sala de aula, cine debates, ações culturais; realizar atividades destinadas à comunidade universitária e à classe trabalhadora;

195. Cobrar da universidade o repasse ao SINTET-UFU os índices e motivos de adoecimento, afastamento dos servidores e servidoras da UFU, devido à crescente sobrecarga de trabalho e stress sofrido pelos servidores e servidoras públicos federais em educação; solicitar a análise dos dados para que se identifique as causas do adoecimento no trabalho;

196. Ampliar o acompanhamento psicológico do servidor, para questões imediatas, devido ao frequente número de suicídios e afastamentos; cobrar uma política de humanização no atendimento dos/as servidores/as pela DIRQS;

197. Que o SINTET-UFU continue defendendo SUS público e gratuito na sua integralidade com realizações de seminários;

198. Que a UFU assegure a atualização dos programas de saúde do servidor e seu cumprimento integral, com participação dos servidores e servidoras. (Definição dos adicionais de insalubridade); lutar pela revitalização do NASS;

199. Desenvolver estudos no GT Saúde com apoio do Jurídico para avaliar alternativas aos planos de saúde atualmente disponíveis para os servidores da instituição; pela continuidade dos trabalhos do GT de Autogestão em Saúde;

200. Exigir da administração da UFU o desenvolvimento de projetos voltados à realização de atividades físicas, com acesso gratuito aos aposentados, aposentadas e pensionistas às áreas de lazer, com hidroginásticas, academia no *Campus* da Educação Física e nos Centros Esportivos; estudar a viabilidade de parceria entre o SINTET-UFU e a UFU visando a realização destas atividades ;

201. Supressão com complementação no 138;

202. Que o SINTET-UFU reafirme seu compromisso com o projeto RECICLARTE, garantindo sempre que possível toda a estrutura necessária, orientando à coordenação colegiada a definir um valor de investimento e a viabilização de um espaço adequado para as oficinas;

203. Que o SINTET-UFU fomente a arrecadação de material reciclável para possíveis trabalhos manuais de seus associados, como o Reciclarte, e que posteriormente sejam organizadas feiras para exposição desses trabalhos para além das dependências da UFU.

204. Alterar nos textos do SINTET-UFU o termo homofobia por LGBT+fobia, para contemplar a população bissexual e transexual;

205. Estabelecer uma periodicidade trimestral para reuniões do GT Mulheres, GT de Negras e Negros e GT LGBT+, com realização de palestras e atividades.

206. Debater no Congresso Estatutário do SINTET-UFU a criação da Coordenação da Mulher Trabalhadora (constituída por Mulheres). As coordenadoras devem gerir os grupos de trabalho (GT) de Mulheres e promover a formação política e sindical da militância feminina, além de formatar o debate de todas as temáticas voltadas à questão do gênero;

207. Reforçar a orientação de que os homens respeitem a fala das mulheres, sem interrupções;

208. Elaborar Cartilhas de combate ao machismo, racismo e LGBT+fobia;

209. Cobrar da Administração Superior da UFU uma iluminação pública de qualidade nos campus das IFE´s para evitar estupros; cobrar da Direção do HC a reabertura do portão da Rua República do Piratini;

210. Intensificar junto à mulheres, negras e negros e LGBTs do movimento sindical a construção de uma formação sindical e social, que desenvolva arte e cultura, garantindo a realização de atividades culturais nas atividades do sindicato;

211. Não permitir a presença de homens nos encontros do GT de Mulheres do SINTET-UFU, exceto trabalhando na parte externa do evento, garantindo a realização de espaços mistos;

212. Que o SINTET-UFU atue em conjunto com a FASUBRA condenando e não permitindo a existência de racismo, machismo e LGBT+fobia em suas próprias fileiras. Qualquer denúncia neste sentido deverá ser imediatamente conduzida a comissão de ética, que formaremos, com o infrator sendo imediatamente afastado da direção (se integrá-la) para a apuração.

213. Que o SINTET-UFU lute em conjunto com a FASUBRA por uma completa modificação na estrutura educacional brasileira (fundamental, médio e superior) que vise eliminação de todos os traços racistas, discriminatórios e estereotipados em relação a população negra. Para tal, propõe a realização de um amplo debate com a comunidade universitária para definir as melhores formas de ação imediata.

214. Que o SINTET-UFU acompanhe os casos de discriminação racial denunciados na UFU, ocorridos no seu âmbito ou que tenham sido praticados contra os servidores no cumprimento das suas atividades.

215. Por cotas raciais, em conformidade com dados IBGE, para acesso à Graduação pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras da UFU, de acordo com a resolução aprovada no CONGRAD.

216. Por cotas raciais, em conformidade com dados IBGE, para acesso à Cursos de Especialização, Mestrado e Doutorado pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras da UFU.

217. Por cotas raciais, em conformidade com dados IBGE, para acesso à Cursos de Capacitação, qualificação e Quali-UFU, buscando uma política institucional da PROGEP.

218. Pela criação de uma política institucional de cotas raciais, em conformidade com dados IBGE, para ocupação de cargos de direção ou chefia, CD's e FG's.

219. Que a UFU, no âmbito da Assistência Estudantil, de atenção aos cotistas raciais na destinação de vagas em moradias estudantis e bolsas de estágios, e demais itens que se adequarem.

220. Que o SINTET-UFU apoie a realização de eventos institucionais da UFU contra opressões, como o Mês do Respeito (Março), Maio da Diversidade e Novembro da Igualdade organizados pela PROAE;

221. Intensificar a Luta em conjunto com a FASUBRA Sindical, Centrais Sindicais, Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo e demais entidades sindicais, populares e estudantis pela revogação da Emenda Constitucional 103/2019 (Reforma da Previdência) que retira o direito da população ao acesso à aposentadoria.

222. Derrotar nas ruas e em todos os âmbitos as políticas do Governo Jair Bolsonaro e do Congresso Nacional liderado por Rodrigo Maia; em especial derrotar todas as políticas que privatizam os direitos sociais garantidos pela Constituição Federal, derrotar as políticas que restringem as nossas liberdades democráticas, e derrotar a Reforma Administrativa do Estado brasileiro que vai implicar em perda salarial das servidoras e servidores públicos e na redução do papel do Estado como garantidor de políticas públicas e direitos sociais.

223. Lutar para que ocorra na Universidade Federal de Uberlândia a manutenção da consulta paritária entre os 3 segmentos (Discentes, Docentes e Técnicos Administrativos em Educação), para a escolha da próxima gestão da Administração Superior da UFU (2021 – 2024).

224. Elaborar um novo modelo de escolha das representações das trabalhadoras e trabalhadores Técnico-administrativos em Educação da UFU para os Conselhos Superiores da Universidade Federal de Uberlândia, após amplo debate com a categoria.

225. Lutar contra a Portaria 2117/2019 que permite que 40% da carga horária dos cursos superiores possam ser ofertados em EAD;

226. Apoiar o II Congresso de Pesquisa dos Técnico-administrativos em Educação da UFU em 2020 (II TAES);

Uberlândia, 12 de dezembro de 2019